



---

**APA MUNICIPAL DA PENÍNSULA DE MARAÚ (BAHIA):  
CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E SÓCIO-ECONÔMICA.**

ASSUNÇÃO, Patrícia Vivas<sup>1</sup>; AMORIM, Raul Reis<sup>2</sup>; FRANCO, Gustavo Barreto<sup>2</sup>;  
HORA, Jemima Bonfim<sup>2</sup>; SCHIAVETTI, Alexandre<sup>3</sup>.

PALAVRAS-CHAVES: Área de Proteção Ambiental; Caracterização Física; Aspectos  
Sócio-Econômicos.  
EIXO-TEMÁTICO: Geomorfologia Litorânea

**RESUMO**

Este trabalho teve como objetivo caracterizar os aspectos físicos e sócio-econômicos efetividade da Área de Proteção Ambiental Municipal da Península de Maraú (BA), verificando-se os aspectos físicos, o histórico do planejamento da área e a implementação de algumas medidas de proteção em três zonas da APA: de Expansão Urbana, de Uso Restrito do Mar e de Equipamentos Turísticos e Residenciais de Média e Alta Densidade. Estas zonas foram escolhidas por serem utilizadas tanto pela população local quanto por visitantes. Na Zona de Expansão urbana, verificou-se que não há implantação da medida de proteção "Manutenção e criação de áreas verdes", apesar do nível de implementação da medida de saneamento básico encontrar-se com média, entre os pontos amostrados, de 60% de implementação. Na Zona de Uso Restrito do Mar não está havendo o cumprimento e nem fiscalização da pesca nas piscinas de corais. Portanto, apesar de Ter seu zoneamento ecológico-econômico estabelecido, a APA Municipal de Maraú não tem cumprido de forma integral seus objetivos, pois não está implementando as medidas de proteção estabelecidas em seu zoneamento.

---

<sup>1</sup> Pós-Graduada em Educação Ambiental pelo Instituto Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – ISEPE – Avenida Vicente Machado, 2223 – Batel – Curitiba – PR. - Graduada em Geografia pela da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. e-mail: pathvivas@hotmail.com

<sup>2</sup> Bolsistas de Iniciação Científica da FAPESB - Estudantes do curso de Geografia da Universidade Estadual de Santa Cruz --UESC.

<sup>3</sup> Professor Adjunto do Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais (Curso de Geografia) - Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC; Pesquisador Associado do Instituto Sócio-Ambiental da Bahia.- IESB.



## 1. Introdução

Segundo a Lei Federal 9.985/00, que institui o novo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) são unidades de conservação destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também a proteção da diversidade biológica, disciplinando o processo de ocupação e assegurando a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Devido às características particulares da gestão desta Unidade de conservação (UC) não há a necessidade de desapropriação de terra em APAs. Porém, como o poder público não possui o domínio das terras, somente coordenando a implantação e fiscalização dos usos dos recursos naturais, o cumprimento de seu ordenamento territorial é de difícil implementação.

A grande vantagem desse instrumento jurídico na preservação dos ecossistemas refere-se à condição de permanência da propriedade privada do solo, isto é, a implantação de uma APA não significa desapropriação, mas sim, regulamentação do uso do solo para a condução de atividades sustentáveis. Essa condição permite que se estabeleça a fiscalização e a proteção às áreas estratégicas, com um custo reduzido para o governo, e benefícios aos proprietários e aos municípios.

Portanto, acredita-se que a idéia básica de uma APA é utilizando um zoneamento e gerenciamento adequado, procurar compatibilizar as atividades produtivas, de forma a coibir a degradação ambiental. Além disso, visa fornecer os elementos de informação necessários para orientar a ação do homem sobre o meio ambiente, de modo que os programas e planos de desenvolvimento não promovam impactos ambientais indesejáveis, comprometendo, no futuro, a qualidade de vida e o bem-estar social.

Pádua (2001) discutiu a eficiência de APAs como estratégia de conservação para o Brasil, mostrando que, principalmente devido ao custo de implementação e às dificuldades do cumprimento das leis pelos proprietários, ainda é pequeno o sucesso da implementação destas UCs. Os resultados obtidos nas nove APAs estudadas, das quais duas no estado da Bahia revelaram a grande fragilidade do sistema implementado no país. A falta de fiscalização, de implementação e de gestão é recorrente em quase todas as nove APAs



pesquisadas, chamando a atenção a descrença geral das pessoas entrevistadas em relação à viabilidade da implementação da unidade.

Ao mesmo tempo em que estudos apontam para a fragilidade destas unidades de conservação, pouco ou quase nada tem sido feito para efetivamente contribuir para o processo de implementação dessas áreas. Estudos no Brasil sobre a efetividade da gestão em APAs ainda são reduzidos, destacando-se o trabalho de Cabral & Souza (2002), na APA de Combarataí (SP) e Alves (2002), para as APAs do estado da Bahia.

As APAs Municipais, como é o caso da APA da Península de Maraú (BA), são administradas pelo setor competente da prefeitura. Teoricamente, estas APAs teriam condições de serem melhor acompanhadas, pois se localizam dentro de um único município, tendem a Ter menores extensões e o contato com a comunidade pode ser feito mais facilmente.

Beuttenmüller & de Barros (2000) discutem a importância do envolvimento da população no estabelecimento da APA municipal do Capivari-Monos, na cidade de São Paulo, mostrando que os esforços conjuntos entre os técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a comunidade propiciou o entendimento da situação a ser estabelecida. Porém, casos como esse não são a maioria. A desinformação e despreparo técnico dos funcionários das prefeituras têm sido apontados como os maiores entraves para o desenvolvimento das atividades necessárias.

Também há um outro grave problema nas APAs municipais, tanto como nas demais, a falta de recursos financeiros (Côrte, 1997). Recursos estes necessários para a contratação de pessoas tecnicamente preparadas para a fiscalização da área protegida, bem como, para por em prática os projetos indispensáveis para o cumprimento integral das medidas de proteção propostas pelo zoneamento.

## **2. Área de Estudo**

### **2.1. Caracterização Física**

Na área da APA propriamente dita, foram delimitadas seis as Unidades Geomorfológicas descritas a seguir (Bahiatursa / Instituto Ecotema, Convênio nº .025/99.p. 52-58)



- Região de colinas do embasamento cristalino: ocupa toda a porção Sul / Sudoeste da APA da Península de Maraú/BA;
- A região de cordões litorâneos da planície costeira: ocupam toda a faixa costeira da Península de Maraú/BA;
- A região de tabuleiros terciários dissecados: prevalecem na porção central da APA, nos arredores da cidade de Maraú/BA
- Sistemas fluvio-lagunares costeiros: este compartimento geomorfológico está diretamente relacionado aos movimentos eustáticos do nível do mar, responsável pelos eventos transgressivos e regressivos subseqüentes;
- Os manguezais: correspondem a terrenos baixos, sujeitos à ação fluvial e das marés, compostos por sedimentos argilo-siltosos, ricos em matéria orgânica. Ocorrem nas desembocaduras dos rios e estuários e embaiamentos: com características bastante diferenciadas das demais unidades

Quanto ao aspecto climatológico, o clima da região é do tipo Tropical Super-Úmido, sem estação seca pronunciada, comum no litoral centro sul baiano, (Recôncavo até o Extremo Sul do Estado), apresentando alta pluviosidade, superior a 2.000 mm anuais. O período de maior pluviosidade corresponde aos meses de Março, Abril, Maio e Junho, enquanto o de menor pluviosidade corresponde aos meses de Agosto, Setembro e Outubro. Nesta região, entretanto, observa-se bastante regularidade na distribuição de chuvas, durante todo o ano. A temperatura média anual, devido à influência oceânica, apresenta pequena amplitude térmica anual, oscilando entre 21 e 25°C. Julho e Agosto são os meses mais frios, enquanto Janeiro e Fevereiro, são os mais quentes (Bahia, 1997).

Os principais sistemas meteorológicos que atuam na região são: Sistemas Intertropicais (Massa Equatorial Atlântica (Ea)) e Massa Tropical Atlântica (Ta); Sistemas Extratropicais (Massa Polar Velha (Pv) e Frentes frias polares antárticas atingem a região durante o inverno (CEPEC/SERAM *apud* Bahiaturisa / Instituto Ecotema, 1999).

Quanto aos aspectos pedológicos, os solos encontrados originaram-se das rochas ácidas e intermediárias que constituem o Cinturão Granulítico Atlântico (granulitos e gnaisses), e das rochas sedimentares Cretáceas que compõem a base da coluna sedimentar da Bacia de Camamu (Bahiaturisa / Instituto Ecotema, 1999, p. 66-71). (Figuras 4 e 5 em anexo).



Os recursos hídricos na APA da Península de Maraú podem ser subdivididos em dois grandes grupos: Recursos hídricos superficiais e subsuperficiais, relacionados ao consumo humano; e Recursos hídricos superficiais relacionados ao lazer e transporte de passageiros. Em relação aos recursos hídricos superficiais relacionados ao lazer e transporte de passageiros, os rios ou canais desta região, constituem vias naturais de traslado de pessoas neste setor da Baía de Camamu. Por outro lado, dada a dificuldade observada nos acessos rodoviários e as distâncias a serem vencidas, tornam-se vias naturais de escoamento de pequenas produções até feiras livres de povoados e municípios vizinhos (Bahiatursa / Instituto Ecotema, 1999).

Na APA da Península de Maraú/BA, dentre outros, são encontrados diversos ecossistemas:

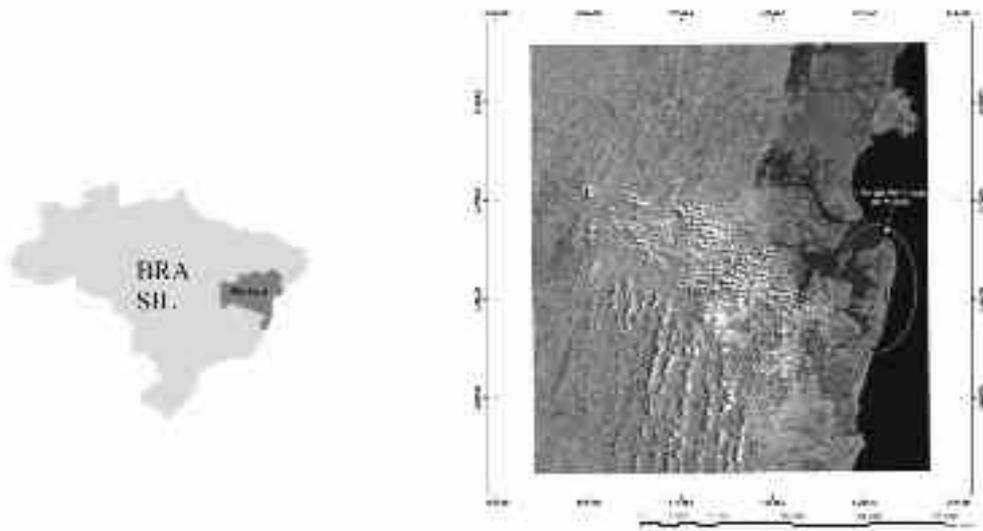
- A Floresta Ombrófila (Mata Atlântica), denominada de “Mata Higrófila Sul Baiana” por Rizini & Mori *apud* Bahiatursa/Instituto Ecotema, (1999), caracterizado por uma vegetação que apresenta árvores altas, abundante em epífitas, sempre verdes com folhas amplas, latifoliada, com alta diversidade de espécies e pluriestratificadas.
- As Restingas são vegetação predominante na faixa litorânea do Município de Maraú. Este ecossistema é caracterizado pelo aspecto vegetativo verdejante e pela presença de árvores de pequeno diâmetro e altura, geralmente esparsas e de fustes tortuosos” (Gouvêa *apud* Bahiatursa/Instituto Ecotema, 1999).
- Os Campos de Restinga são formados por grandes áreas abertas com vegetação arbustiva e herbácea, geralmente com lençol freático muito próximo da superfície, deixando o ambiente úmido com solo arenoso.
- Os manguezais da Península de Maraú apresentam-se distribuídos desde a parte norte da Península até a parte sul. Dentre os ecossistemas, os manguezais são merecedores de grande atenção, pois, além funcionar como um verdadeiro filtro, são berços para reprodução de várias espécies marinhas. Ricos em fauna e com uma flora específica, requerem cuidado igualmente especial no zoneamento, visando garantir sua preservação.
- Vegetação Herbácea Hidrófila, são comuns nas lagoas e áreas alagadas no interior da Península principalmente na parte Norte. Estas formações estabelecem uma flora especial de plantas aquáticas ou adaptadas a flutuações constantes das margens das lagoas. Estes ambientes estão distribuídos geralmente logo depois da região da praia,



após as dunas, seguidos imediatamente pela restinga arbustiva ou arbórea em alguns locais, como é o caso da parte Norte da Lagoa do Cassange, uma das lagoas mais representativas da Península (Bahiatursa/Instituto Ecotema, 1999).

## 2.2. Histórico de Formação da APA

A APA da Península de Maraú -APA MPN – (figura 1) foi criada pelo governo municipal através da Lei n°. 15, em 09 de setembro de 1997 (tabela 1), sendo realizado seu zoneamento em fevereiro de 2000 por uma empresa privada. Como importante instrumento de gestão, a implementação do zoneamento ecológico-econômico da APA deverá possibilitar para a Península de Maraú a adoção de ações quanto ao uso de ocupações das terras, respeitando-se a capacidade de adaptação, renovação e produtividade de seus ecossistemas.



**FIGURA 01** – Localização da APA Municipal da Península de Maraú

**Fonte:** UESC/CEDIC, 2002.

Em relação à sobreposição de títulos legais de conservação, no ano de 2002 o governo estadual decretou a criação da APA de Camamu, a qual abrange em sua área toda a área da APA MPN, além de outros municípios. Segundo o SNUC, não pode haver sobreposição de Ucs de mesmo nível de proteção, porém ainda não foi discutido a situação dessa região.

**Tabela 1.** Histórico da Implantação da APA municipal da Península de Maraú

Leis/ Decretos	Ementas	Datas
----------------	---------	-------



---

Lei n°. 15/97	Dispõe sobre a criação da APA Municipal da Península de Maraú	09/09/1997
Lei n°. 007/2001	Dispõe sobre o Zoneamento Sócio-Ambiental da APA Municipal da península de Maraú	04/06/2001
Decreto n°. 15/2001	Nomeia membros para compor a Gestão provisória da APA Municipal da península de Maraú.	03/09/2001
Decreto Estadual n°. 8.175/2002	Decreta a criação da APA da Baía de camamu, com área estimada de 188.000 ha, abrangendo os Municípios de Camamu, Maraú e Itacaré, envolvendo as terras, as águas e o conjunto de ilhas inseridos na poligonal	27/02/2002

---

Fonte: Prefeitura Municipal de Maraú/BA

Ao criar a APA MPN, o governo municipal assumiu o compromisso de desempenhar o seu papel no processo decisório, compartilhando com o setor privado e a sociedade civil organizada, a necessidade de administrar eficientemente a região, com critério e equidade, segundo princípios que devem considerar tanto para os aspectos econômicos como os ecológicos, na busca de melhores condições de vida para a população.

Entretanto, o processo de planejamento desta APA tem encontrado uma série de dificuldades e entraves que têm contribuído para retardar a obtenção dos seus objetivos de proteção.

Buscou-se, no presente trabalho, evidenciar a real importância das APAs como efetivo instrumento de proteção do meio ambiente, sendo conseqüente um instrumento que irá garantir uma melhor qualidade de vida aos habitantes desta área, identificando, avaliando e discutindo as particularidades e gestão da APA MPM, detectando as possíveis conseqüências do não cumprimento das medidas de proteção estipuladas para as zonas quais foram divididas.

### **3. Materiais e Métodos**

A APA MPM está dividida em trinta e duas zonas, sendo que as três zonas amostradas (Tabela 2) foram selecionadas por serem de fácil acesso, pela presença da população local, pelo fluxo turístico intenso, em função da maior quantidade de propriedades (sítios, fazendas, casas de veraneio e pousadas), dos estabelecimentos comerciais e da possibilidade da pesca, facilitando dessa forma, o acesso às informações necessárias. Em cada zona, foram escolhidos três pontos distintos para a amostragem,



possibilitando dessa maneira uma visão abrangente do cumprimento das variáveis selecionadas em cada zona e uma comparação dos dados obtidos.

Foram utilizadas fichas de observação nas visitas a campo e entrevistas semi-estruturadas, utilizando-se um mini-gravador portátil. Para a localização espacial dos pontos de coleta no mapa de zoneamento da APA MPM utilizou-se um GPS de campo e o sistema de informações geográficas Arcview.

Com os dados obtidos estabeleceu-se o grau de implementação das medidas de proteção na zona, compondo-se um índice (somatório da porcentagem das variáveis dividida pelo total) em porcentagem.

Tabela 02: Zonas, medidas de proteção e forma de avaliação da implementação da APA Municipal da Península de Marauí (BA).

Zona	Medida de Proteção	Forma de Avaliação
Zona de Expansão Urbana de Marauí	<ul style="list-style-type: none"><li>• Manutenção e criação de áreas verdes e saneamento básico;</li><li>• Educação e Informação Ambiental para a população local e visitantes;</li><li>• Fração mínima para desmembramento de 360 m<sup>2</sup></li><li>• Proibição de tráfego de Jet-Ski e lanchas rápidas nos locais determinados.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Três pontos, localizados entre quatro quarteirões;</li><li>• Entrevista com 30 moradores;</li><li>• Entrevista com 02 funcionários da prefeitura;</li><li>• Observação direta (1 hora) em três pontos.</li></ul>
Zona de Uso Restrito do Mar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Proibição a pesca nas piscinas naturais de corais;</li><li>• Educação e Informação Ambiental para a população local e visitantes;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Observação direta (1 hora) em três pontos;</li><li>• Entrevista com 30 moradores;</li></ul>



---

Zona de Equipamentos Turísticos de Média e Alta Densidade	<ul style="list-style-type: none"><li>• Vegetação nas margens de cursos d'água e lagoas e remanescentes de restinga;</li><li>• Beneficiamento de minério;</li><li>• Fração mínima de desmembramento de 2,5 ha.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Medição em campo nos pontos amostrados do cumprimento da legislação em vigor (Código Florestal – Lei 4.771/65);</li><li>• Observação direta, durante três dias, com 3 horas diárias em três pontos;</li><li>• Entrevistas com 02 funcionários da prefeitura.</li></ul>
---	--	--

---

Fonte: Ecotema, 1997.

#### 4. Resultados e Discussão

O zoneamento ecológico-econômico da APA MPM é recente, tecnicamente bem elaborado e com resolução espacial adequada em Imagem Spot 1:25000. Porém, a implementação das ações em campo dependem de um maior envolvimento por parte do poder público e da sociedade civil para a efetivação dessa UC.

Na Zona de Expansão Urbana, verificou-se que não há implantação da medida de proteção “manutenção e criação de áreas verdes” (Tabela). Na zona urbana, as áreas verdes são consideradas de extrema importância para o bem-estar da população local, impedindo os processos erosivos, evitando, evitando desmoronamentos e o assoreamento de mananciais, além de serem

Fontes purificadoras de ar e de fundamental importância para proteção de fragmentos remanescentes (Guzzo & Schiavetti, 2002).

Tabela 3. Grau de manutenção e criação de áreas verdes

Medida	Quantidade / Número de Áreas Verdes				
	0	1	2	3	+4
Manuntenção e Criação de Áreas Verdes	Não há	Baixo	Médio	Satisfatório	Excelente
Ponto 01	X				
Ponto 02	X				
Ponto 03	X				

---

Fonte: Pesquisa de Campo



Por outro lado, o nível de implementação da medida de “saneamento básico” (Tabela 4) encontra-se com média entres os pontos de 60%de implementação.

Porém, em alguns pontos, principalmente nas áreas de recentes invasões, é importante rever o sistema de saneamento básico, pois os esgotamentos dos efluentes domésticos e lixos são precários, sendo lançadas a céu aberto. Algumas casas ainda são abastecidas por água captada em poços e as condições do escoadouro sanitário instalações residenciais são bastante críticas na maioria dos domicílios, trazendo desta forma, graves problemas de saúde para a população local, não atendendo, às exigências para a expansão urbana.

Tabela 4. Porcentagem do Saneamento Básico na área de expansão urbana

Medida	Porcentagem das áreas casas com Saneamento Básico				
	0	25	50	75	100
Saneamento Básico	Não há	Baixo	Médio	Satisfatório	Excelente
Ponto 01	X				
Ponto 02				X	
Ponto 03					X

Fonte: Pesquisa de Campo

Segundo entrevista realizada com dois funcionários da Prefeitura raramente existe cumprimento, por parte da população, da medida de “fração mínima” para desmembramento de 360m<sup>2</sup> e por parte da Prefeitura só existe a fiscalização e o cumprimento a partir do momento em que a mesma é acionada para fornecer alvará de construção e documentos necessário para compra e venda do terreno ou em caso de denúncias.

Dos trinta entrevistados nessa zona sobre o conhecimento da existência da APA municipal, 57% colocaram que têm conhecimento de sua existência, o que mostra que ainda falta envolvimento da comunidade para a implantação das ações na zona urbana da APA.

A Zona de Conservação e Equipamentos Turísticos e Residenciais de Média e Alta Densidade encontra-se em bom estado de conservação da vegetação das margens de curso d’água, respeitando em todos os pontos a regulamentação do Código Florestal. Entretanto, nesta zona o beneficiamento de minério ainda é realizado na maneira intensa e sem fiscalização. Os resultados obtidos quanto à medida “fração mínima” para



desmembramento (2,5 ha), mostrou que raramente existe o cumprimento desta medida por parte da população e pela Prefeitura, pois atualmente há somente um fiscal e que o mesmo é acionado tanto para fornecer alvará de construção e documentos necessários para compra e venda do terreno, quanto para casos de denúncias.

A criação de APAs disciplina o uso do solo e o desenvolvimento das atividades antrópicas, cria restrições ao parcelamento de áreas e intensifica as ações de fiscalização e controle sobre os recursos naturais (Côrte, 1997). No caso da APA MPM, esta medida só é cumprida em caso de denúncia e quando a prefeitura é procurada para regularizar documentações.

Na Zona de Uso Restrito do Mar não existe cumprimento e nem fiscalização para a pesca nas piscinas de corais (Tabela 5). Até o momento ainda não houve a implantação de placas de sinalização, como conta no zoneamento ecológico-econômico da APA, para regulamentar o tráfego de jet-ski e lanchas rápidas nos locais determinados para este fim, bem como há ainda a falta de programas de educação e informação ambiental para a população local e visitante em, toda a extensão das APA, pois dos 30 entrevistados nesta zona sobre a existência de algum programa de EA somente um pessoa (3%) respondeu ter participado desse tipo de atividade.

Tabela 5. Pesca nas piscinas naturais de corais

	Medida		Quantidade por Hora			
			0/h	1-5/h	>5-<10/h	>10-15/h
	Manuntenção e Criação de Áreas Verdes	Não há	pouco	moderado	elevada	intenso
Ponto 01	1°. Dia (17/02/2002)				X	
	2°. Dia (18/05/2002)				X	
	3°. Dia (19/05/2002)				X	
Ponto 02	1°. Dia (17/02/2002)					X
	2°. Dia (18/05/2002)					X
	3°. Dia (19/05/2002)					X



---

Ponto 03	1º. Dia	(17/02/2002)	X
	2º. Dia	(18/05/2002)	X
	3º. Dia	(19/05/2002)	X

---

Fonte: Pesquisa de Campo

O processo de planejamento da APA tem uma série de dificuldades, o que tem contribuído para retardar a objetivos de proteção. O Conselho Gestor da APA MPM ainda que, não tem desempenhado satisfatoriamente as suas funções. Torres & Mesquita (2002) mostram que a implantação do Conselho Gestor da APA Estadual de Itacaré – Serra Grande possibilitou o encaminhamento de propostas de uma gestão mais participativa e mais direcionada para a comunidade.

Dentre outros fatores para o não cumprimento integral das medidas de proteção na APA MPM, podemos citar: a deficiência na fiscalização, atendendo apenas situações de programas de educação ambiental para a população local e os visitantes. A aplicação desses programas, assim como a ampla divulgação do Zoneamento Ambiental e das Diretrizes de Uso da APA são indispensáveis, pois a população desconhece os seus objetivos.

Quanto ao índice geral de efetividade da implantação das medidas de proteção é de 0%, não havendo cumprimento das medidas escolhidas neste estudo. Para a zona de Equipamentos turísticos e Residenciais de Média e alta Densidade o grau de implantação das medidas escolhidas nesse estudo é de 50%, não existindo cumprimento nas medidas de beneficiamento de minério e fração mínima para desmembramento de 2,5 hec.

## 5. Considerações Finais



Verifica-se que, apesar de ter um excelente zoneamento, o Governo Municipal não tem cumprido de forma integral as medidas de proteção propostas para a APA MPM, não a implementando totalmente. A simples criação da APA não garante a sua proteção. É necessário que exista um compromisso com o meio ambiente e com quem faz parte dele, que o coletivo esteja à frente de qualquer tipo de interesse individual e que haja dedicação e participação efetiva para a solução dos problemas. Por outro lado, a sua criação, pode possibilitar o aumento da consciência da população com relação à importância da preservação desses recursos, valorizando os espaços protegidos e estimulando o desenvolvimento de atividades ambientalmente sustentáveis, despertando o interesse por parte daqueles que compreendem a importância da preservação desses ambientes para as futuras gerações.

Para a implantação de atividades turísticas na APA Municípios da Península de Maraú, um dos possíveis usos para a região e de acordo com a estratégia de zoneamento aprovado pela Câmara dos Vereadores, é indispensável a produção de material informativo para ser distribuído na região. Faz-se necessário também a realização de cursos para a qualificação do pessoal local, visando melhorar o atendimento e a orientação aos visitantes.

Verificou-se, através desse trabalho, a necessidade de ações de planejamento, parcerias e de investimentos em infra-estrutura e de uma participação efetiva da comunidade local no processo, identificando um modelo de turismo sustentável a ser alcançado, apontando os problemas locais, discutindo possíveis soluções e valorizando o conceito de cidadania, elementos fundamentais para viabilizar o desenvolvimento sustentável.

## **6. Referência Bibliográfica**

ALVES, S. M. **Gestão de Áreas de Proteção Ambiental: Um modelo em construção.**  
In: **Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.** Anais..., III, Fortaleza, 2002:  
259-67p.



BAHIA, Governo do Estado – **Zoneamento Ambiental: APA da Península de Marauá-Ba.** 1997. 338p;

BAHIATURSA/ Instituto Ecotema, Convênio n°. 025/99. **Zoneamento Ambiental e Diretrizes de Uso. Relatório Final.** Marauá-Ba, 2000. 311p;

BEUTTENMÜLLER, G. & BARROS, R. L. F. **Áreas de proteção ambiental municipais no Brasil: uma nova perspectiva.** In: **Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.** Anais..., vol II, Curitiba, 1997: 130-36p.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.** Lei n°. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º., incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Brasília, 2000.

CABRAL, N. R. A. & SOUZA, M. P. **Área de proteção ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas.** Ed. Rima, São Carlos, 2002, 154p.

CÔRTE, D. A. A. **Planejamento e gestão de APAs.** In: **Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.** Anais..., vol II, Curitiba, 1997: 186-93p.

GUZZO, P. & SCHIAVETTI, A. **Elementos da Vegetação** In: DIETRICH, S., MASCARENHAS, S., VALERIAS, N. & SANTOS, S. A. M. **O estudo de Bacias Hidrográficas: uma estratégia para Educação Ambiental.** Ed. Rima: São Carlos, 2002. 59-67p.

PÁDUA, M. T. J. **Área de Proteção Ambiental.** In: BENJAMIM, A. H. (Coord.) **Direito Ambiental das Áreas Protegidas.** Editora Forense Universitária: São Paulo, 2001. 425-33.p.



=====

**TORRES, L. M. & MESQUITA, C. A. B. Conselho gestor a Área de Proteção Ambiental da Costa de Itacaré – Serra Grande: uma experiência de gestão participativa: IN: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. III, Anais..., Fortaleza, 2002: 278-88p.**